



DECLARAÇÃO 5/2025 - COCLI/DAPF/DG/CZ/REITORIA/IFPB

Em 30 de maio de 2025.

DECLARAÇÃO

Resposta ao Pedido de Esclarecimentos – Pregão Eletrônico nº 90001/2025 – IFPB Campus Cajazeiras

Ref.: Pedido de esclarecimento datado conforme documento recebido.

Prezado(a) representante,

Recebemos o seu Pedido de Esclarecimentos referente ao Pregão Eletrônico nº 90001/2025, Processo Administrativo nº 23324.000830.2025-46, para a contratação de empresa especializada em serviços contínuos de apoio administrativo e atividades auxiliares, com dedicação exclusiva de mão de obra, para o Instituto Federal da Paraíba – Campus Cajazeiras.

Agradecemos o seu interesse e a oportunidade de dirimir as dúvidas apresentadas. Analisamos cuidadosamente cada ponto do seu questionamento com base no Termo de Referência Digital IFPB Campus Cajazeiras, Pregão Eletrônico nº 90001.2025, na Minuta de Termo de Contrato e na Planilha de Custos e Formação de Preços, que compõem o edital.

A seguir, apresentamos as respostas detalhadas para cada um dos seus questionamentos:

1 - Exequibilidade das Propostas – Lucro Bruto e Tributos Federais

O edital (item 8.8) dispõe que as propostas serão analisadas sob o aspecto da exequibilidade, sendo exigido o preenchimento da **Planilha de Custos** com detalhamento adequado. A composição do lucro e dos encargos indiretos deve observar os custos tributários aplicáveis à realidade fiscal da licitante.

Assim, **a administração observará a razoabilidade dos percentuais apresentados**, inclusive quanto à absorção de tributos (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS), especialmente no caso de empresas optantes pelo Lucro Presumido. Não será fixado percentual mínimo, mas **serão considerados inexecutáveis valores incompatíveis com a legislação tributária e a adequada remuneração empresarial**, conforme jurisprudência do TCU.

A análise de exequibilidade da proposta não se restringirá a um percentual fixo de lucro bruto ou encargos indiretos, mas sim à compatibilidade dos custos apresentados com os valores de mercado e com a estrutura de custos da Administração, especialmente no que se refere aos itens de mão de obra que possuem valores mínimos estabelecidos pela Convenção Coletiva de Trabalho. A proposta deve refletir a real capacidade da empresa de executar o objeto contratual com qualidade e sem prejuízo da remuneração dos empregados e do cumprimento das obrigações fiscais e sociais.

A Administração avaliará a proposta como um todo, considerando todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, conforme o *Termo de Referência Digital IFPB Campus Cajazeiras Pregão Eletrônico 90001.2025, Seção 5.10.2*. Propostas que apresentarem valores manifestamente inexecutáveis, ou seja, que não demonstrem a capacidade de cobrir os custos essenciais e a margem de lucro mínima para a sustentabilidade da

empresa, poderão ser questionadas e, se não justificadas adequadamente, consideradas inexecutáveis.

2 - Insalubridade/Periculosidade

Sim, há funções previstas no objeto contratual que demandam o pagamento de adicional de periculosidade. Conforme a *Planilha de Custos e Formação de Preços (Anexo IV)*, as seguintes funções foram orçadas com o respectivo adicional:

- **Eletricista (CBO: 9511-05):**
 - Adicional de Periculosidade. A NR 16 estabelece que o adicional de periculosidade é devido aos empregados que trabalham em condições de risco, como exposição a energia elétrica, no percentual de 30% sobre o salário-base.
- **Técnico em Manutenção Predial (CBO: 5143-25):**
 - Adicional de Periculosidade. A função de Técnico em Manutenção Predial, por envolver atividades com instalações elétricas e outros riscos, é considerada perigosa.

Para as demais funções listadas no Termo de Referência e na Planilha de Custos e Formação de Preços (Pedreiro, Pintor, Piscinheiro, Jardineiro, Cozinheira, Auxiliar de Cozinha, Recepcionista Secretária e Motorista Interestadual), não foi previsto o pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade na planilha orçamentária da Administração, sendo os valores indicados como R\$ 0,00 para esses adicionais.

Porém, estes demais postos não têm previsão de adicionais, **salvo posterior comprovação técnica**.

3 - Base Operacional e Atuação do Preposto

Nos termos da Cláusula Nona do Edital e da Cláusula Sétima da Minuta de Contrato (Anexo VIII): Será exigido **preposto designado**, com poder de decisão, para **acompanhar e fiscalizar a execução contratual**, devendo estar **disponível para comparecimento presencial sempre que solicitado**.

Não há obrigatoriedade expressa de base física permanente na cidade, tampouco de presença contínua, desde que haja **plena capacidade de atendimento e resposta às demandas da contratante**.

Não obstante, a Contratada deverá assegurar que o preposto esteja presente no local de execução dos serviços de forma a cumprir com as responsabilidades de comunicação e supervisão durante todo o período de vigência contratual.

4 - Contrato Vigente e Empresa Atual

Os documentos que compõem este Pregão Eletrônico nº 90001/2025, incluindo o Termo de Referência e a Minuta de Termo de Contrato, referem-se a uma **nova contratação** de serviços.

Os documentos do edital não contêm informações sobre a existência de um contrato vigente para os mesmos serviços ou a identidade de uma empresa atualmente contratada. A finalidade deste processo licitatório é selecionar um novo fornecedor para a prestação dos serviços de apoio administrativo e atividades auxiliares, conforme detalhado no Termo de Referência.

Porém, se for desejo de Vossa Senhoria, informamos que **existe contrato em vigor** para objeto semelhante, mas, conforme princípios da publicidade e transparência, o nome da empresa contratada **poderá ser solicitado via e-SIC (Lei nº 12.527/2011)**, não sendo objeto de divulgação no certame.

5 - Cotas Legais – Declarações e Comprovação

a) Aferição do cumprimento das cotas legais: O cumprimento da reserva de cargos para aprendizes, pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social será verificado **durante a fase de execução contratual**, e não como um requisito de habilitação prévio à assinatura do contrato;

b) **Comprovação do cumprimento das cotas:** A *Minuta de Termo de Contrato, Seção 9.11*, indica que a comprovação se dará "com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas". O edital **não exige especificamente** a apresentação da "Certidão de Cumprimento de Cotas" expedida pelo Ministério do Trabalho como documento obrigatório para a comprovação das cotas. A comprovação será feita mediante a apresentação da documentação dos empregados alocados que preencham os requisitos das cotas, a ser solicitada pelo fiscal do contrato, desta feita, outros meios válidos de prova são admitidos.

c) Sim, **é admitida a alocação de profissionais que se enquadrem nas cotas legais**, desde que **plenamente capacitados** para o exercício das funções contratadas. A finalidade da reserva de cargos é justamente promover a inclusão desses profissionais no mercado de trabalho. A capacidade técnica e operacional dos profissionais alocados é um requisito fundamental para a boa execução dos serviços, independentemente de sua condição de enquadramento em cotas.

6 - Desoneração da Folha de Pagamento

A Lei nº 12.546/2011, que trata da desoneração da folha de pagamento, permite que algumas empresas substituam a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por uma alíquota sobre a receita bruta (CPRB).

Embora a planilha da Administração utilize a sistemática da folha de pagamento, a empresa licitante, se for elegível e optar pela desoneração da folha de pagamento, poderá apresentar sua proposta considerando essa sistemática. No entanto, é crucial que a licitante:

1. **Demonstre claramente** em sua proposta a aplicação da desoneração da folha de pagamento, indicando as alíquotas e a base de cálculo utilizadas para a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB), em substituição ao INSS patronal de 20%.
2. **Justifique a sua elegibilidade** para o regime de desoneração, conforme a Lei nº 12.546/2011 e suas regulamentações.
3. **Apresente a planilha de custos** de forma a refletir essa opção tributária, garantindo que todos os demais custos e encargos estejam devidamente contemplados e que a proposta seja exequível e compatível com os valores de mercado.

A Administração avaliará a proposta com base na sua exequibilidade global e na conformidade com a legislação aplicável. A licitante que optar pela desoneração da folha de pagamento **deverá estar ciente de que a responsabilidade pela correta aplicação da legislação tributária e pela manutenção de sua regularidade fiscal é exclusiva sua**.

7 - (Item ausente)

Não consta questionamento enumerado como item 7. Segue a próxima numeração identificada.

8 - Participação de ME/EPP Optantes pelo Simples Nacional

Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional **podem participar** deste certame. A mera condição de optante pelo Simples Nacional **não é causa de inabilitação** para a participação na licitação.

No entanto, é fundamental que a licitante esteja ciente das implicações legais caso seja a vencedora do certame, especialmente no que se refere à prestação de serviços com cessão de mão de obra, como é o caso do objeto deste contrato ("regime de dedicação exclusiva de mão de obra", conforme *Termo de Referência Digital IFPB Campus Cajazeiras Pregão Eletrônico 90001.2025, Seção 1.1*).

Caso empresa do tipo societário em realce seja vencedora do certame deverá estar de acordo com o que estabelece a *Minuta de Termo de Contrato, Cláusula Nona - Obrigações do Contratado, Seção 9.48* e

seguintes, que em apertada síntese expõe que a participação é permitida, mas a empresa vencedora deverá regularizar sua situação tributária conforme a legislação aplicável à prestação de serviços com cessão de mão de obra.

Considerações Finais

Todas as respostas estão em conformidade com o Edital, seus anexos e as normas aplicáveis, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e legislação trabalhista e tributária correlata.

Esperamos que estes esclarecimentos sejam úteis para a adequada formulação de sua proposta. Permanecemos à disposição para quaisquer outras dúvidas que possam surgir.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

Raí Ártemis Lins dos Santos

Pregoeiro Oficial do IFPB Campus Cajazeiras

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Raí Artemis Lins dos Santos**, COORDENADOR(A) - FG1 - DAPF-CZ, em 30/05/2025 15:15:18.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 30/05/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código 720759

Verificador: e055a82746

Código de Autenticação:



NOSSA MISSÃO: Ofertar a educação profissional, tecnológica e humanística em todos os seus níveis e modalidades por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, na perspectiva de contribuir na formação de cidadãos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

VALORES E PRINCÍPIOS: Ética, Desenvolvimento Humano, Inovação, Qualidade e Excelência, Transparência, Respeito, Compromisso Social e Ambiental.